



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 1ª Sessão Ordinária / 14 de abril de 2026

PREÂMBULO

---Aos **catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis** realizou-se, pelas **vinte e uma horas**, nas instalações do Centro Social de Belém, na Rua 11, Bairro de Belém (Terras do Forno), a **1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2026**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do público; -----

---**Ponto 2** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 02/12/2025; -----

---**Ponto 4** – Apreciação do Relatório de Atividades 2025; -----

---**Ponto 5** – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2025; -----

---**Ponto 6** – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2026 (PPI e PPA); -----

---**Ponto 7** – Alteração do Mapa de Pessoal 2026; -----

---**Ponto 8** – Apreciação do Inventário a 2025/12/31; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental; -----

---**Ponto 11** – Apreciação e ratificação do Protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém (GIP-Belém) e o Instituto Técnico de Inovação – ITI, Lda.; -----

---**Ponto 12** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Inweb Solutions Unipessoal, Lda.; -----

---**Ponto 13** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Ler para Ser – Associação Cultural; -----

---**Ponto 14** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação de Voleibol de Lisboa; -----

---**Ponto 15** – Apreciação e ratificação do Regulamento do Torneio “Gira Vólei 2026”; -----

---**Ponto 16** – Apreciação e ratificação do Regulamento da 2.ª Edição do Belém Basket; -----

---**Ponto 17** – Apreciação e ratificação do Regulamento da 12.ª Edição da Corrida de Belém (2026); -----

---**Ponto 18** – Apreciação e ratificação do Regulamento da Feira de Artesanato, Velharias e Antiguidades de Belém; -----

---**Ponto 19** – Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre a CML e a Junta de Freguesia de Belém para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes; ---

---**Ponto 20** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a empresa Tonic Events, Lda., com vista à organização do Grande Arraial de Belém 2026-2029; -----

---**Ponto 21** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Cruz Vermelha Portuguesa; -----

---**Ponto 22** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental – “Botija de Gás Solidária 2026”; -----

---**Ponto 23** – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados; -----

---**Ponto 24** – Protocolo de Parceria entre a Junta de Freguesia de Belém e a All In Events; -----

---**Ponto 25** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP), e secretariada por João Nuno de Vassier Neves Ferro (PSD), Primeiro Secretário, e Maria Teresa do Nascimento Martins Barroso Alvadia (PSD), Segunda Secretária. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD)-----

---Maria da Conceição Spencer Quintino Matoso (PSD), em substituição de Luísa Agapito-----

---Samuel Simão Ramos Cerca Serrano (PSD)-----

---Pedro Ribeiro Ferreira de Lancastre (IL)-----

---Diogo Luís Tinoco Abranches Gomes (IL)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Raúl Filipe Nunes, em substituição de Sofia Alexandra Gonçalves Geirinhas Crisóstomo (PS)---

---Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá (PS)-----

---Ana Maria de Jesus Bispo Varela Coelho-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

PONTO 1 – Intervenção do público

--- José Fernandes (Munícipe) ---

José Fernandes, ex-membro da Assembleia de Freguesia, nos anos 1977 e 1979, lá em baixo, morador na freguesia há sessenta e seis anos, oitenta e cinco anos de idade. Profissão, músico.

Sou muito breve, e vou-me focar em duas coisas que são muito importantes.

A primeira, sabendo que estamos a aproximar-nos da data do 25 de abril, que esta freguesia, que é emblemática, não só em Lisboa, como no país, e que tem interessantes passos dados para a consolidação da democracia, para a conclusão da nossa Constituição, que é programática e compromissória, e revejo que aqui assim ainda estão os Partidos fundadores da democracia.

Todavia, agora, talvez fruto dos tempos, ou não sei quê, apareceu o arrivismo e o populismo, e todas essas coisas, e nós não podemos esquecer. Podem comemorar o 25 de novembro, mas nunca esquecer o 25 de abril, que isso é uma referência obrigatória para a construção da democracia, e tem uma coisa muito importante: tem cor, tem som e tem luz. Os outros, não sei se têm – para mim, não têm.

Era isto que eu queria dizer já.

E a segunda é o seguinte: esta freguesia, nós vemos melhoramentos ao longo dos anos, mas na questão da sinalética – eu estive a informar-me, telefonei para cá várias vezes, algumas questões são da competência da Junta, outras serão da Câmara.

Onde eu moro, na Calçada do Galvão, em frente à Igreja da Memória, enquanto nós vemos, aqui em Lisboa, noutras freguesias, refletores – por exemplo, na Rua Pascoal de Melo – aqui, há um abuso deliberado, exagero na velocidade, principalmente a descer. E já houve dois casos, um em que a senhora morreu, e outro que era uma senhora da Guarda Republicana, que vinha numa mota, que até foi pelo ar – foi ela e a mota, não sei o que é que se passou.

E portanto, era bom que se pudesse fazer uma proposta à Câmara sobre isso, porque a lombada que está ao pé do “Só-Li-Dó” devia estar lá em cima, não era no “Só-Li-Dó” que devia estar.

E outra coisa é aqui assim mesmo ao pé da antiga sede da Junta, a paragem que está ali é para todos os autocarros, inclusive da Carris Metropolitana, e depois, também os condutores não respeitam, que está lá escrito “BUS”, e eles passam ali por aquele sítio e estacionam ali naquele sítio, o tempo todo.

Portanto, se isso se pudesse resolver...

E outra coisa, costuma-se juntar ali assim, às cinco horas – que eu, às vezes, vou trabalhar das seis para cima – costumam-se juntar elétricos, autocarros, chega-se a estar ali para apanhar outro transporte quase uma hora.

A Junta pode, de facto, propor ao Sr. Presidente da Câmara para que se faça isso, porque, de facto, é um benefício para nós, e para os turistas, e para as pessoas que moram fora daqui, da Amadora, e não sei que mais. E aquela coisa é pequena para o movimento que tem, aquela paragem junto à Junta de Freguesia. Outras coisas já foram feitas, que eu já vi, tiraram dali os *tuk-tuk*, e tudo.

Portanto, era isso só que queria dizer. E pronto, que haja uma boa continuação, para bem da população, com a Junta que foi eleita, porque nós não somos só oposição; somos proposição também. Temos propostas para que tudo seja melhor.

--- Presidente do Executivo ---

Só responder, muito rapidamente, ao Sr. José Fernandes, aqui na questão das limitações das velocidades. Nós, de facto, fizemos aquela sobrelevação da passadeira junto à SMIL. Não é feita mais acima por questões de inclinação. Aquilo tem regras, que não somos nós que definimos. Foram colocadas, no ano passado, mais duas almofadas de Berlim a meio da descida, entre a SMIL e o Largo dos Jerónimos, e estamos a estudar a possibilidade de colocar mais uma sobrelevação no final do Largo dos Jerónimos, porque, mesmo assim, as pessoas fazem aquela curva para o Largo dos Jerónimos a uma velocidade que não é, de todo, recomendável.

Mas, infelizmente, tecnicamente não é possível pôr sobrelevações em todas as ruas, ou em todos os troços de rua, devido à inclinação.

Só queria dar essa nota sobre as questões que levantou.

Já agora, sobre a paragem do autocarro do Largo dos Jerónimos, dizer-vos que nós estamos a trabalhar com a Câmara numa solução para o Largo dos Jerónimos, que vai alterar ali a circulação do trânsito, vai finalmente acabar com aquela passadeira que foi feita, que está, na nossa opinião, irregular, que foi irregularmente feita, que é demasiado grande e sem um refúgio ao meio, sem proteção.

Portanto, em breve a Câmara vai avançar com esse processo de requalificação desse largo.

E aproveitando, dizer também que estamos a estudar – e acho que vai ser um bom debate público, que depois vamos ter de ter, mais para a frente – a questão da Rua de Belém, e a possibilidade de a Rua de Belém ser pedonalizada, e portanto, criarmos ali um espaço diferente para a Rua de Belém.

Acho que vai ser um mandato interessante neste sentido, de termos aqui soluções, que eu acho que algumas são desejadas por todos, há muito tempo, mas que vão ser pelo menos interessantes de debater, e discutirmos sobre o futuro da freguesia.

PONTO 2 – Período antes da ordem do dia

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É difícil falar da Isabel, porque ainda é difícil pensar que a Isabel não está por aqui. Mas, a Isabel foi uma mulher da freguesia, foi uma professora, amiga, camarada, militante do PCP, foi uma mulher do seu tempo, foi uma mulher que dignificou o papel das mulheres na luta pelo desenvolvimento social, pela justiça e pelo desenvolvimento do país, da cidade e da freguesia. É uma mulher que muitos de nós conhecemos, é uma mulher que esteve sempre nas listas da CDU, conhecia a freguesia como nenhum de nós a conhece, conhecia as pessoas, conhecia a sua história e conhecia todo o seu percurso.

A Isabel partiu, fica-nos o seu exemplo, o seu exemplo de integridade, de solidariedade, de justiça, de ternura. E a Isabel ficará sempre – como ela costumava dizer – ficará sempre nas nossas memórias, e ficará sempre como um exemplo a não esquecer e a prosseguir.

Obrigado, Isabel O’Sullivan.

Voto de Pesar – “Isabel Lopes da Silva” (*Anexo 1*).

--- Presidente do Executivo ---

Voto de Pesar – “Emílio Rodrigues” (*Anexo 2*).

Só para esclarecer, o Sr. Emílio foi colaborador desta Junta de Freguesia durante mais do que duas décadas – arrisco-me a dizer, durante três décadas. E portanto, foi com pena que nos deixou.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Primeiro, dar aqui os parabéns a estas mesas que temos agora, novas. De facto, é um conforto diferente, e realmente temos melhores condições de trabalho.

--- Samuel Serrano (PSD) ---

Voto de Pesar – “Prof. Vítor Gonçalves” (*Anexo 3*).

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

O Padre Colimão é uma pessoa que, desde que eu vim viver aqui para esta freguesia, sempre ouvi, sempre esteve.

--- Maria da Conceição Matoso (PSD) ---

Voto de Pesar – “Padre António Colimão” (*Anexo 4*).

- Voto de Pesar “Isabel Lopes da Silva” (PCP). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar “Emílio Rodrigues” (Executivo). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar “Prof. Vítor Gonçalves” (PSD/CDS-PP/IL). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

- Voto de Pesar “Padre António Colimão” (PSD/CDS-PP/IL). Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Na sequência das deliberações anteriores, o plenário passou a guardar um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Nós apresentámos uma moção, outros grupos ou representantes apresentaram várias moções sobre efemérides, que é diferente dos dois documentos, de duas iniciativas que nós temos, uma que é uma proposta, e outra que é uma moção também, mas com carácter programático.

Eu sugeria que considerasse a diferença de tipos destas iniciativas, destas duas iniciativas nossas, nomeadamente a proposta sobre a ciclovia e a moção sobre as Unidades Locais de Proteção Civil, e que estas duas iniciativas fossem consideradas num outro momento, que não o momento das moções em que nós vamos discutir as efemérides, porque estas têm um carácter programático que exige uma explicação, e exige uma contextualização, que não as das efemérides.

Punha isto à sua consideração.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Com certeza que sim, em relação à sua sugestão, elas serão sempre, todas elas, apresentadas individualmente, e o eleito do Partido Comunista Português tem todo o direito de as poder apresentar. Obviamente que são diferentes, e não vejo nenhum problema disso, poderão ser discutidas no princípio ou no fim, sugiro que sejam no fim.

E portanto, começamos pelas moções das efemérides.

Moção – “Pela Liberdade e Democracia Cívica” (Anexo 5).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Só um comentário relativamente a esta moção da liberdade, da Iniciativa Liberal, só para chamar à atenção do seguinte: estivesse o país dependente, ou a história recente do país dependente daqueles que por vários exercícios verbais de manipulação da história, de deturpação da história, de revisionismo histórico, estivesse o país dependente destes que tentam misturar os vários “25”, para não celebrar o “25” maior, estivesse o país dependentes destes – e são vários, são muitos – não estaríamos hoje aqui a celebrar o 25 de abril.

O 25 de abril vale por si, não precisa de mais nenhum – não precisa do “2”, do “7”, do “14”, do “25”, nem do “25”, nem do “24”. O 25 de abril vale pelo 25 de abril, e é sobre o 25 de abril, um dia popular, dos poetas, dos pintores, dos escritores, da cultura, do povo, dos trabalhadores, é sobre esse 25 de abril que nós devíamos estar todos a celebrar, e é esse 25 de abril que nós celebraremos.

E não aliviaremos nunca a luta daqueles que não querem celebrar o 25 de abril, por aquilo que o 25 de abril é.

- Moção “Pela Liberdade e Democracia Cívica” (IL). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, e os votos contra do PS e PCP. -----*

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Moção – “Os 50 anos da Constituição” (Anexo 6).

--- Fernanda Santos (PS) ---

Era só para assinalar dois parágrafos que são enquadramentos deste pedido de deliberação, que têm a ver com a necessidade, neste tempo, de assinalar os cinquenta anos da Constituição como um ato de memória, mas também de maior responsabilidade.

Um estudo muito recente, agora lançado, pensou os portugueses sobre a Constituição, de Pedro Silva e Isabel Flores, lançado pelo Instituto de Políticas Públicas e Sociais do ISCTE, assinala que os portugueses têm uma visão globalmente positiva da Constituição enquanto pilar da democracia e da estabilidade do país. No entanto, conhecem-na pouco, em detalhe, e sentem alguma distância em relação a este debate político. Apesar disso, defendem a sua importância e admitem revisões pontuais para a adaptar aos desafios atuais.

Assim, na comemoração dos seus cinquenta anos, torna-se fundamental promover uma reflexão informada sobre o papel da Constituição, reforçando a literacia cívica e garantindo que os seus princípios sejam ainda mais valorizados, mas também plenamente compreendidos e efetivamente concretizados pelas portuguesas e pelos portugueses.

- Moção “Os 50 anos da Constituição” (PS). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----*

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Moção – “De abril a maio – O Poder Local como o pilar da liberdade e do trabalho” (Anexo 7).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Nós pedimos que esta moção seja votada por pontos, ou então, se aceitarem a proposta, que os Pontos n.º 1, 2 e 3 sejam votados em conjunto, e o Ponto n.º 4 seja votado em separado.

Eu vou explicar por quê. Porque os Pontos n.º 1, 2 e 3 não nos levantam quaisquer reservas, e iremos votar favoravelmente; o Ponto n.º 4, como surge descontextualizado, e evoca iniciativas de

opções sobre o funcionamento, e até a distribuição de competências entre níveis de governo que não estão explicitadas – eu não sei, em concreto, que tipo de desconcentração é que está aí prevista – eu creio que não há sustentabilidade, da nossa parte, não há sustentabilidade, não há clareza sobre esse ponto, e portanto, irei votar de forma diferente esse Ponto n.º 4.

E nesse sentido, propunha um voto por pontos.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Enfim, nada que me espante, os comentários do Josué Caldeira, nada que me espante também pelo seu voto contra que fez na moção da IL. Realmente, é não perceber a história. E espanta-me que não perceba a história.

Não entendo o racional do seu pedido, não entendo. Acho que esta moção é completamente transversal por abril e pelo 1.º de maio. Não entendo este pedido. Logicamente, está na sua faculdade de o fazer, não o entendo.

Mas, não fica bem ao PCP fazer esta divisão deste ponto. Acho que é pôr em causa o órgão autárquico onde nós estamos.

Se o Sr. Presidente assim o admitir, a votação por pontos, assim o fará, mas fica aqui a nota do PSD, que não se revê neste ponto, e acho que não fica bem ao Partido Comunista Português fazer esta divisão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

A Mesa entende que o PCP tem o direito de escolher como pretende votar, e, provavelmente, ou vota contra tudo, ou pede a separação, é absolutamente normal. É uma posição política, tal como a resposta foi uma posição política.

- Moção “O Poder Local como o pilar da liberdade e do trabalho” (PSD/CDS-PP/IL). *Colocados a votação os três primeiros pontos deliberativos, foram os mesmos aprovados por unanimidade. O quarto ponto deliberativo foi aprovado por maioria, com o voto contra do PCP, e os votos favoráveis das restantes forças políticas.* -----

Moção – “Equipa de Rugby do Clube de Futebol “Os Belenenses” (Anexo 8).

- Moção “Louvor – Equipa de Rugby do Clube de Futebol “Os Belenenses”” (PSD/CDS-PP/IL). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.* -----

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Voto de Saudação – “50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas (1976-2026)” (Anexo 9).

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Custa-me votar a favor desta moção, porque a Constituição Portuguesa fez cinquenta anos, mas não pode ser como um romance que não é reescrito. Ou seja, a Constituição tem de ser alterada ao longo do tempo, para estar de acordo com a evolução, que não só o país, mas como o mundo, tem tido.

E aqui, o Partido Comunista fala sempre na necessidade de cumprir integralmente. Não, a Constituição tem de ser um ser vivo, e tem de ser modificada em função das necessidades, não só da população, mas como também um reflexo do que se está a passar no mundo.

Por isso, vou abster-me nesta votação.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Realmente, é uma marca de grande importância, os cinquenta anos da Constituição. Na minha profissão, sou advogado, faço parte da Ordem dos Advogados, e temos feito vários colóquios sobre os cinquenta anos da Constituição, que é uma marca e um documento de grande importância para a nossa nação. E temos tido vários oradores nestas grandes jornadas que temos tido, um deles o Prof. Jorge Miranda, que foi meu professor de direito constitucional, no meu curso de direito, e que é das pessoas mais capazes de interpretar e de saber o que é uma Constituição, na minha perspetiva.

Mas, a Constituição realmente é a peça importante da nossa nação, mas precisa sempre, também, de ser atualizada. É algo que faz parte da nossa vida, nós temos de nos atualizar e temos de gerir as nossas normas e as nossas condutas.

Eu acho importante assinalar os cinquenta anos da Constituição. As eleições autárquicas são apenas um marco que o PCP aqui menciona, não tem um relevo tão importante – na minha perspetiva, e do PSD – como têm os cinquenta anos da Constituição, mas o PSD vai-se abster nesta moção, devido à carga política que está inserida na mesma. Não vamos votar contra, vamos abster-nos.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Duas notas, uma sobre o que acaba de dizer o Fernando Magarreiro, do PSD. Podia-lhe responder que não percebo por que é que, querendo, na moção anterior que apresentaram, avançar para a desconcentração, não percebe a importância das primeiras eleições democráticas, do Poder Local Democrático. Não percebo. Mas, pronto, fica registado.

Foram as primeiras eleições que elegeram eleitos pelo povo para assumir os destinos das nossas terras, contrariamente àquilo que anteriormente existia, que eram mandados pelo Governo Central Fascista, para controlar e para reprimir o povo nas nossas terras.

Relativamente ao comentário do eleito da Iniciativa Liberal, Pedro Lancastre, a questão fundamental é como termina, é o que está a acontecer no mundo. Esse é que é o problema. E percebe a Iniciativa Liberal o que está a acontecer no mundo? É que, se calhar, nós temos visões diferentes do mundo – do mundo – porque o nosso mundo é redondo, e numa parte do mundo

está de dia, noutra parte do mundo está de noite, uma parte do mundo tem neve, outra parte do mundo anda nas praias da Copacabana, uma parte do mundo está a ser dizimada pelas forças fascistas de Israel, que estão a cometer genocídio aos povos de Gaza, do Líbano, outra parte do mundo está a ser estrangulada criminosamente pelo imperialismo norte-americano, que impõe bloqueio económico, social, tecnológico, financeiro e comercial aos povos de Cuba, e há muitos mundos.

E o problema, Pedro, é exatamente esse. E nós não vamos resolver isto. O Marx tinha uma afirmação. O Pedro tem razão naquilo que está a dizer, e eu tenho razão naquilo que eu estou a dizer, porque o Pedro tem razão na perspetiva dos interesses políticos, económicos, geoestratégicos que defende – e se não sabe quais são os interesses que defende, nesta dimensão, lamento – e eu tenho também razão, do ponto de vista dos interesses que defendo e que represento. E Marx dizia: *“Quando dois interesses, com legitimidades semelhantes, se confrontam, isto resolve-se pela força.”* E é a correlação de forças que vai resolver isto.

Por acaso, o Pedro está a ganhar na Europa, mas não no mundo. Então, o que é que se passa no mundo? Essa é a questão que fico. E eu agradeço-lhe por colocar essa questão, porque é a questão central. Se nós não percebermos o que se está a passar no mundo, mesmo aqui na nossa freguesia, não percebemos o que andamos aqui a fazer.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Muito rapidamente, para dizer que ainda bem que o meu mundo, ou o mundo que eu prevejo, não é igual ao que o Josué prevê, porque, se calhar, se fosse o mundo que ele previa, pegando neste mundo todo, se calhar estávamos na Ucrânia, porque a Rússia tinha invadido a Ucrânia e nós estávamos lá. Mas, isso é contar histórias, não é preciso.

Agradeço as suas palavras, não concordo com a maior parte delas, mas não queria deixar de dizer que não concordo.

--- Raúl Nunes (PS) ---

Só queria dizer duas coisas. Primeiro, que gostaria de ter tido acesso ao texto total da moção antes de a votar. Não tivemos, pelo menos eu não tive acesso ao texto. Portanto, para além da deliberação, que irei votar a favor, não sei o que é que diz o resto do texto, e acho que isso não é positivo.

Em relação à deliberação, a razão pela qual vou votar, acho que é clara, vou só citar o nosso Presidente da República, agora no discurso, quando se falou disso na Assembleia da República, que ele diz que o grande problema da Constituição, neste momento, é o seu não cumprimento, e não propriamente o seu texto.

O seu texto, estamos a falar de um folclore que está a ser criado atualmente. Mas, isso é só a minha opinião.

- Voto de Saudação “50 anos da Constituição da República Portuguesa e das primeiras eleições autárquicas democráticas (1976-2026)” (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PCP e de três elementos do PS, e as abstenções do PSD, CDS-PP, IL e de um elemento do PS.* -----

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Moção – “Criar a Unidade Local de Proteção Civil (ULPC) da Freguesia de Belém” (Anexo 10).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

A proposta que apresentamos, ou a moção – porque é para dirigir à Junta de Freguesia – a moção que apresentamos tem a designação de “Criar a Unidade Local de Proteção Civil da Freguesia de Belém”, e o contexto é o seguinte: todos nós temos conhecimento, e verificámos, e observámos, no comboio de tempestades que ocorreram, este ano, no nosso país, e nomeadamente na região centro – mas também aqui no Vale do Sado – a importância que as comunidades locais, Câmaras Municipais, freguesias, tiveram na prestação de socorros às populações e no salvamento às populações.

A Lei de Bases da Proteção Civil prevê uma figura, que é esta mesma, a Unidade Local de Proteção Civil, uma unidade local que tem uma abrangência sobre o território das freguesias, e cuja criação depende da iniciativa da própria Junta de Freguesia.

A Unidade Local é uma forma de organizar recursos, promover competências, desenvolver uma sensibilização das populações, das comunidades, das entidades, no sentido de a freguesia estar melhor preparada para todo o ciclo de intervenção da Proteção Civil, quer seja no planeamento, na sensibilização, na mobilização de recursos, no socorro às populações e no salvamento às populações.

E portanto, a proposta que fazemos, na moção que apresentamos, é a seguinte – isto é, que a moção passa por uma deliberação desta Assembleia de Freguesia, no seguinte sentido: instar o Presidente da Junta de Freguesia a proceder à criação da Unidade Local de Proteção Civil; instar o Presidente da Junta a implementar um processo de mobilização e de sensibilização das entidades locais presentes na freguesia – as várias – que pelas suas atividades, os recursos, as competências que detêm, sejam relevantes para prática da Proteção Civil e para as suas fases; e também instar o Presidente da Junta a desencadear uma rede local de voluntários a integrar esta Unidade Local de Proteção Civil.

Neste sentido, articular-se com o Serviço Municipal de Proteção Civil, porque a Unidade Local de Proteção Civil tem de ser, a sua função, o seu desempenho, a sua atividade, não substitui, pelo contrário, reforça as capacidades e as competências do Serviço Municipal de Proteção Civil.

E depois, há um último ponto, que passa por a Junta de Freguesia defender, no diálogo a estabelecer com o Presidente da Câmara, a criação de uma rede municipal de Unidades Locais de Proteção Civil, a defesa de uma linha de apoio financeiro e técnico para a capacitação destas

unidades locais, a criação de uma linha de comunicação e de sensibilização, envolvendo o apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Estamos conscientes de que a criação da Unidade Local de Proteção Civil é uma forma útil, estabelecida – como disse no início – na Lei de Bases da Proteção Civil, uma forma útil para organizar melhor, mobilizar melhor e preparar melhor a freguesia para eventos extremos e desastres naturais, ou industriais, ou tecnológicos, a ocorrer na nossa freguesia.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Sem prejuízo de a própria Junta e o Executivo poderem opinar sobre este tema, nesta moção do Partido Comunista Português o PSD também se revê, é fundamental, e acho importante, a criação da Unidade Local, acho que deve acontecer, deve existir, ainda mais com os acontecimentos que aconteceram este ano, que foram demasiado graves e penosos para Portugal e os seus habitantes, o seu povo, mormente na zona centro do país.

Acho que devemos fazer um esforço para documentar, e acho que a Junta, daquilo que eu sei, também está, neste momento, em fase de implementação.

E como, há pouco, o Josué também falou de uma separação de pontos, aqui o PSD também irá pedir à Mesa para fazer uma separação de pontos: a separação dos Pontos n.º 1, 2 e 3, em que o PSD irá votar a favor desta moção, e que separe o Ponto n.º 4, porque isso são competências da Câmara Municipal de Lisboa, a Junta não tem competências e existe uma separação de competências clara e orgânica, que está estabelecida na Lei das Autarquias Locais. Pedimos a separação do Ponto n.º 4, dos pontos que o PCP aqui está a pedir para votar, e votaremos os primeiros três pontos a favor, e contra o Ponto n.º 4 da moção.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Agradeço as palavras, agradeço a sintonia, e aceito, não tenho limitação nenhuma.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Muito obrigado por esta declaração, de criação de mais uma unidade. Eu fico sempre preocupado cada vez que se quer criar uma nova estrutura, novas pessoas, novas responsabilidades. Pela sua sugestão, nós vamos ter uma Unidade de Proteção Civil mãe, que é a Câmara, e a seguir, vinte e quatro em Lisboa. Não é uma coisa que a Iniciativa Liberal aceite, porque estamos a criar mais Estado, e não a tentar resolver os problemas. Estamos a criar burocracia, estamos a dificultar os mecanismos municipais que já existem.

A Iniciativa Liberal defende soluções mais simples, leves e operacionais.

Quando estamos a falar de criar uma unidade, também temos de analisar o que é isso, em termos de valores, em termos de pessoas. Quando chegamos a esse ponto, mais uma vez nós votaremos contra.

Portanto, votaremos contra, logo à partida.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

É só para esclarecer alguns pontos que o Pedro Lancastre referiu.

Vamos lá ver, esta figura está prevista na Lei de Bases da Proteção Civil. Esta figura não cria obstáculos ao normal funcionamento do Serviço Municipal de Proteção Civil. Não foi por acaso que referi que esta figura não é para substituir, nem é para complicar o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Eu diria o seguinte: sem Lei de Bases da Proteção Civil, sem Unidades Locais de Proteção Civil, quando acontecer um acidente, eu tenho a certeza absoluta que o Presidente da Junta de Freguesia, desta ou de qualquer outra, e o seu Executivo, tudo farão para proteger as pessoas, salvar as pessoas, mobilizar todos os recursos para dar uma resposta eficaz ao acidente – isto é, sem a Lei de Bases da Proteção Civil. Com a Lei de Bases da Proteção Civil, e com a Unidade Local de Proteção Civil, o mesmo Presidente, o mesmo Executivo, os mesmos recursos, vão fazer a mesma coisa, mas melhor, mais organizados, mais competentes, com maior sensibilidade e muito mais eficazmente. É essa a única questão. Não há substituição aqui de nada, não há entropias, não há mau Estado, nada; há um melhor Estado.

E portanto, ainda que percebendo, acho que é um argumento que não é real, nem da nossa parte, nem daquilo que está previsto na Lei de Bases da Proteção Civil.

- Moção “Criar a Unidade Local de Proteção Civil (ULPC) da Freguesia de Belém” (PCP).
Colocados a votação os três primeiros pontos deliberativos, foram os mesmos aprovados por maioria, com o voto contra da IL, uma abstenção, e os restantes votos a favor. O quarto ponto deliberativo foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PCP e PS, e os votos contra do PSD, CDS-PP e IL. -----
Na sua votação final, a moção foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e PCP, e o voto contra da IL. -----

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Moção – “Classificação da ciclovia do eixo Belém – Alcântara como infraestrutura necessária e urgente para a mobilidade sustentável da Freguesia de Belém” (*Anexo 11*).

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Não é estranho à nossa iniciativa aquilo que discutimos numa Assembleia de Freguesia Extraordinária, realizada no início de 2025, nesta sala, após o segundo acidente mortal, um acidente motivado entre um carro e uma bicicleta, que fizeram do mandato passado um mandato triste para a freguesia, e nomeadamente para a Avenida da Índia.

Como está num dos pontos que o Sr. Presidente leu, a auditoria internacional que foi elaborada no início do mandato anterior, do mandato autárquico da Câmara Municipal anterior, é muito clara sobre a necessidade de alto nível – é esse o termo que é utilizado – a necessidade de alto nível da existência de uma ciclovia dedicada – eu vou chamar assim – no eixo entre Alcântara e Belém,

ou, se quisermos, entre Alcântara e Algés, ainda que na parte de Pedrouços a coisa esteja resolvida.

A auditoria é muito clara: há uma lacuna fortíssima, uma lacuna significativa nesta ligação.

E, por outro lado, para aqueles que podem ter a intenção de mandar as pessoas que pretendem ter uma utilização da bicicleta normal, numa mobilidade normal, mandá-las para o pé do rio, a auditoria também é clara, a dizer que o canal que está junto ao rio é um canal ineficaz.

Temos, então, dois elementos: o diagnóstico da auditoria internacional, as fatalidades que já temos, e creio que o que resultou da Assembleia de Freguesia Extraordinária que fizemos, a necessidade, o consenso da necessidade de uma ciclovia naquela faixa.

Qual é o problema? O que é que motivou esta proposta? A Câmara Municipal de Lisboa está em processo de estabelecer um novo contrato-programa com a EMEL, onde tem previstas algumas intervenções neste canal, mas onde a obra para a conclusão da ciclovia, neste eixo – pode ser na Avenida da Índia, pode ser noutro local, os especialistas irão decidir onde – essa obra não está prevista, o que remete a criação dessa obra para depois de 2027, 2028, 2029, não se sabe. Isto é, não urgente.

Aqui, a questão que nós queremos assinalar, em sequência do trabalho que temos feito, e que esta Assembleia fez, é o de chamar a atenção do Presidente da Câmara, chamar a atenção do Executivo para a urgência da concretização desta obra, para resolver as lacunas, e os perigos, e os riscos que a população de Belém, e outras populações das freguesias vizinhas, atravessam, na circulação de bicicleta, nomeadamente na Avenida da Índia, sem ciclovia.

--- Presidente do Executivo ---

Queria só dar aqui uma nota, que eu acho que esta moção, a proposta do PCP, enferma aqui de uma questão, que não bate certo com a realidade, naquilo que foi transferido para a EMEL, e qual é que é o projeto da EMEL.

Esta competência que foi agora transferida para a EMEL diz respeito aos anos 2026 e 2027. E, de facto, nos anos de 2026 e 2027, o que está previsto é fazer-se o projeto para a ciclovia da Avenida da Índia – aliás, também ligando os viadutos de Alcântara, os viadutos de Pedrouços. E, já agora, dar aqui uma nota, que a questão de Pedrouços não está resolvida, não existe nenhuma ciclovia em Pedrouços; existe uma coisa que não foi concluída, na Rua Fernão Mendes Pinto, que liga lado nenhum a nenhures, e nem sequer está concluída, em termos de pavimento, etc. Portanto, foi uma coisa que não foi bem feita.

Mas, esta ciclovia já está prevista, nos próximos dois anos, 2026 e 2027, fazer o projeto, e em 2028 e 2029, fazer a obra.

Portanto, eu acho que esta moção não tem cabimento na realidade. Percebo a preocupação do PCP, mas, de facto, não me parece que seja de aprovar, porque isto diz só respeito ao projeto da ciclovia.

- Moção “Classificação da ciclovia do eixo Belém – Alcântara como infraestrutura necessária e urgente para a mobilidade sustentável da Freguesia de Belém” (PCP). *Colocada a votação, foi a mesma rejeitada, com oito (8) votos contra, quatro (4) votos a favor, e uma (1) abstenção.* -----

--- Fernanda Santos (PS) ---

Apesar de a noite já ir longa, tinha aqui algumas questões que gostaria de colocar ao Executivo, que têm a ver com algumas situações que temos vindo a observar aqui na nossa freguesia, e nomeadamente em relação às escolas.

No dia 13 de março, esta equipa que aqui está, de representantes dos eleitos pelo Partido Socialista, em conjunto com os Vereadores do PS da Câmara Municipal de Lisboa, tivemos a oportunidade de visitar a Escola Básica de Caselas e o Jardim de Infância de Belém, acompanhados pela Coordenadora do Agrupamento de Escolas do Restelo e dos pais, representantes dos encarregados de educação. E foi uma ação muito importante, que foi possível assim conhecer melhor e identificar com mais segurança os problemas que já há muito tempo vêm a ser denunciados nestas comunidades.

E por isso, queremos continuar a reforçar que muitos dos problemas que se verificam, principalmente nestes dois estabelecimentos, e que colocam em risco a segurança as crianças, impedindo que a aprendizagem aconteça num ambiente bem cuidado e de bem-estar, são, em grande parte, por aquilo que pudemos observar, de fácil resolução, e que não se justifica uma demora como a que se tem verificado, motivada pela necessidade de definição da delegação de competências entre a Junta de Freguesia de Belém e a Câmara Municipal de Lisboa.

Já temos nota de que, na Escola de Caselas, foram reparados os vidros e as caixilharias, durante a páscoa, que já foram calafetadas janelas, reposta iluminação nas casas de banho, mas ainda há pequenas reparações a serem feitas.

Contudo, no Jardim de Infância de Belém, a situação continua, e de acordo com aquilo que tem vindo a ser solicitado desde 2022 pelos pais. Portanto, não houve ainda aqui qualquer intervenção.

Por ocasião desta iniciativa, acabou por este nosso grupo também ser convidado a ir visitar a Escola Secundária Marquês de Pombal. E queria aqui dar voz ao grupo de professores que nos convidou a visitar o edifício, o mau estado em que o mesmo se encontra.

A Escola Secundária Marquês de Pombal faz parte da nossa freguesia, tem autonomia própria, e por isso, não pertence ao Agrupamento de Escolas do Restelo, e de alguma forma está desprovida de voz na defesa dos seus interesses e na melhor representação dos seus problemas.

Aquilo que pudemos verificar nesta visita que fizemos é que temos um edificado muito degradado, com infiltrações, rachas profundas, com gradeamentos antigos degradados. O próprio ginásio, sendo que tem aqui uma componente na área do desporto muito importante, encontra-se em péssimas condições, assim como os balneários, assim como todas as casas de banho da escola.

Portanto, recolhemos inúmeras queixas desta comunidade educativa, na voz dos professores – sim, porque os pais, pelas características também destes alunos, têm mais dificuldade em fazer representar também os interesses dos seus filhos.

Faço nota desta questão, em relação à Escola Marquês de Pombal, porque temos de pugnar por um ensino de qualidade nas escolas da nossa freguesia, e tal como fazemos também em relação ao Agrupamento de Escolas do Restelo, também deveremos dar voz aos problemas da Escola Secundária Marquês de Pombal.

Também quero dar nota da importância de resolver o problema na Rua Fernão Mendes Pinto, com o parque de estacionamento, e a Avenida da Índia, onde se continuam a verificar corridas de motas, barulho durante a noite, sopradores de limpeza de manhã. E portanto, aqueles moradores também merecem viver num espaço com dignidade, com tranquilidade. A apelamos a que a Junta de Freguesia, que penso que já esteve também a diligenciar esforços nesse sentido, que possa efetivamente resolver a situação destes moradores, apelando às autoridades de segurança para que possam fazer alguma coisa.

Esta nota, a juntar-se à falta de iluminação e à falta de segurança, eram alguns apontamentos que queria aqui deixar, antes da ordem do dia, porque consideramos que são relevantes para resolver os problemas dos nossos fregueses.

--- Presidente do Executivo ---

Nós temos estado a trabalhar com a Câmara a questão das competências, acho que já aqui falámos na última Assembleia de Freguesia, nas competências das escolas, sobre quem é que intervém na escola, e qual das entidades é que é responsável pelo quê. E esta é uma questão fundamental, porque sem uma boa definição de competências entre uns e outros, andamos todos, ou a atropelar-nos, ou a deixar de fazer o que cada um tem de fazer.

E portanto, nós temos pugnado por isto, tivemos uma reunião com o Sr. Vereador em janeiro deste ano, para resolver um problema que, na realidade, se arrasta desde 2013, na reforma administrativa.

E portanto, nós não nos cansamos de insistir com a Câmara, e vamos continuar a fazê-lo, sobre a necessidade de chegar a este quadro normativo interno, entre Juntas e Câmara, que defina exatamente quais é que são as competências na gestão das escolas. Claro que não vai ao pormenor, mas aqui um quadro mais claro sobre o que é.

E portanto, eu acho que isto aqui, todos nós percebemos que a Junta não tem capacidade financeira, nem tem vocação, para fazer aquilo que a Câmara tem de fazer. E portanto, a nós

competem-nos fazer as pequenas reparações nos edifícios, é isso que está desde antes de 2013, que ficou consagrado nos autos de 2013, isso compete à Junta. Tudo o que são obras de fundo, de investimento, intervenção, coberturas, seja o que for, não são da Junta. E este é o ponto que nós temos dito à Câmara, com muita veemência, e eu não diria inflexibilidade, porque nós não somos insensíveis, mas com bastante firmeza.

E portanto, a Junta tem, mediante situações de perigo iminente, ou de segurança, mais graves, a Junta tem feito intervenções, mesmo quando, às vezes, sai fora desta lógica das pequenas reparações.

Mas, de facto, estamos nesta negociação com a Câmara, que esperamos que vá dar bom resultado.

Sobre Caselas, a própria Fernanda falou sobre as obras que já começaram a ser feitas, as obras até mais de fundo.

O JI tem aqui uma outra questão que nós também temos com a Câmara, que é que, na realidade, nunca houve uma cessão do JI, da Câmara para a Junta. E portanto, mesmo aquelas obras que nós estamos a fazer, de pequenas intervenções que nós estamos a fazer lá, na realidade é por nossa “boa vontade” – entre aspas – para que as coisas não piorem mais, porque esta escola não estava nos autos de 2013, e nós temos feito intervenções desde aí.

Sobre a Marquês de Pombal, a Marquês de Pombal não está esquecida, não vai estar esquecida. Percebo, mas isso não corresponde inteiramente à realidade.

Sobre a Fernão Mendes Pinto, eu já disse na última reunião – aliás, os sopradores, de manhã, eu acho que isso já não se passa, pelo menos houve instruções para que isso não se passasse, acho que já não é uma questão.

As corridas de motas, também acho que já disse aqui, na última reunião, tive várias reuniões com as várias autoridades policiais, a quem alertei para este facto, várias vezes. E portanto, espero que esteja resolvido.

A falta de iluminação e segurança, deixe-me dizer que a nossa equipa do espaço público fez recentemente várias noites a olhar para todas as ruas, a fazer o levantamento de todos os candeeiros que estavam apagados, remetemos à Câmara esse ficheiro, pedindo à Câmara: está identificado o problema, agora resolvam.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Esta questão é uma questão muito importante, esta questão do “passa culpas”, e do “passa bolas”, da Junta para a Câmara, e da Câmara para a Junta.

O PCP votou, na Câmara Municipal de Lisboa, contra o processo de reestruturação administrativa da cidade de Lisboa. O PSD, o CDS e o PS votaram a favor. E este processo é sustentado numa

Lei, que é a Lei da Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, que é muito clara. Esta conversa em que o Sr. Presidente da Junta diz, sobre competências, é muito claro; não é preciso esclarecerem mais nada, é muito claro. Competências próprias da Junta de Freguesia, criadas por este processo de reorganização administrativa – competências próprias: gerir, conservar, reparar equipamentos sociais na área da freguesia, designadamente equipamentos culturais e desportivos de âmbito local, escolas e estabelecimentos de educação do 1.º ciclo e pré-escolar, creches, jardins de infância e centros de apoio à terceira idade.

O que é que não é claro? O que é que não é claro?

E portanto, isto, de facto, é – e nós já vamos ver no ponto seguinte – por acaso, hoje de manhã estive também na Escola Básica de Caselas, cuja intervenção na reunião descentralizada foi muito produtiva, e, de facto, é inadmissível que determinado tipo de faltas de reparação, faltas de conservação, permaneçam ao longo do tempo – e isto passa-se na Escola Básica de Caselas, passa-se também aqui, no Jardim de Infância de Belém – ao longo do tempo, anda este “passa culpas”, ou “passa bolas”, da Câmara para a Junta de Freguesia. Não pode ser, isto é insustentável. É insustentável, e há matérias de reparação imediata, sem grandes custos – aliás, os pais lá disseram – sem grandes custos, que não são justificáveis, e que têm um impacto significativo no normal dia a dia das escolas, e que eu creio que este argumento pode suscitar outras preocupações.

Mas, este argumento da falta de clareza, não me parece que exista, porque a Lei da Reforma Administrativa é muito clara sobre o que é que fica num lado e o que é que fica no outro.

--- Presidente do Executivo ---

É muito simples, eu só sugeria ao eleito do PCP que lesse a Lei toda, e não ficasse por um parágrafo, porque a Lei tem mais do que isso, e a Lei diz uma coisa muito simples, mais para a frente, que é que dentro destas competências, só passam aquelas que são acompanhadas de uma determinada verba. E portanto, isto está lá na Lei, se ler mais abaixo.

E portanto, daí, a definição de competências, na nossa perspetiva, está também clara, que é esta que eu acabei de dizer, há pouco, que o que passou e efetivamente foi considerado nos autos de 2013 são as pequenas reparações em equipamentos escolares, mais nada, ponto. Não existe mais nenhuma. E eu acompanhei – se me permite – eu acompanhei pessoalmente esse processo, em 2013, já estava na Junta nessa altura, fui eu que negocieei – eu e o Sr. Presidente, na altura, que negociámos com a Câmara cada um dos centimos, nesse momento. E portanto, sabemos exatamente o que é que lá estava.

E portanto, queria só dar esta nota, de que é preciso ler tudo.

E, já agora, ainda bem que houve uma reforma administrativa da cidade de Lisboa.

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da reunião de 02/12/2025

Colocada a votação, foi a ata da reunião realizada no dia 02 de dezembro de 2025 aprovada por unanimidade. -----

PONTO 4 – Apreciação do Relatório de Atividades 2025

--- Presidente do Executivo ---

Este relatório de atividades que nós apresentamos hoje, a esta Assembleia, não é um documento obrigatório de apresentar, nem está em nenhuma Lei das Autarquias Locais. No entanto, nós entendemos que o devíamos fazer, como exercício interno, mas também como prestação de contas para quem nos elegeu, e para toda a população, mesmo aqueles que não votaram em nós.

E este, no fundo, é um espelho da atividade da Junta em 2025.

E eu queria só dar aqui nota – é um documento extenso, não vou abordar tudo, também não é sujeito a votação, não é um documento obrigatório – queria só dar aqui uma nota, de enaltecer o trabalho que os trabalhadores da Junta de Freguesia fazem diariamente. E acho que estas setenta e cinco páginas (se não estou em erro) de relatório, que é um relatório muito resumido, no sentido de que cada ponto está muito resumido, é uma boa imagem do muito que os trabalhadores da Junta de Freguesia fazem.

E portanto, queria apenas agradecer-lhes esse trabalho.

Convido-vos a todos a ler, e está disponível para a população também consultar aquilo que a Junta faz, resumidamente, apesar de serem setenta e cinco páginas.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Duas notas rápidas.

Primeira, sublinhar a apresentação deste relatório, creio que é uma boa prática – é uma boa inovação e é uma boa prática.

E a segunda nota, acompanhar – iríamos fazê-lo no ponto mais à frente – acompanhar a referência que o Sr. Presidente da Junta faz, creio que faz todo o sentido e é oportuna uma saudação aos trabalhadores da Junta de Freguesia, ou da freguesia, por tudo o que fazem.

Quando inicialmente propusemos um voto de saudação ao Poder Local Democrático, o Poder Local Democrático não é uma coisa em abstrato; o Poder Local Democrático tem pernas, tem mãos, tem corações, tem muitos nervos.

E portanto, queríamos também associar-nos a este voto que o Sr. Presidente faz a toda a equipa de trabalhadores, e à equipa da Freguesia de Belém.

--- Fernanda Santos (PS) ---

(Intervenção inaudível)

Tomado conhecimento. -----

PONTO 5 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2025

--- Presidente do Executivo ---

Já agora, agradecer as palavras de incentivo que a Bancada do PS e do PCP nos acabaram de dar.

Eu queria só dar uma nota, se me permite, sem ser exatamente sobre este tema, porque me esqueci de dizer no início que nós temos aqui, nesta sala, hoje, uma exposição que foi promovida pela Embaixada da Tunísia, aqui a Dra. Isabel Loureiro coordenou esta exposição com a Embaixada, e nós também estamos a investir nesta multiculturalidade que o facto de termos tantas embaixadas aqui no nosso território nos traz. Esta é uma boa expressão disso. Convido-vos a ver com mais pormenor.

Também só dar uma nota, de uma reunião que se passou aqui, ontem, exatamente nesta sala, e que eu acho que foi da maior importância para Belém, que pela primeira vez – pelo menos que se saiba, ou que as pessoas que estiveram presentes se lembrem – reunimos nesta sala todos os Diretores dos museus e monumentos de Belém, a que se acrescentou o Palácio da Ajuda e o MACAM, que já está na Freguesia de Alcântara.

E o objetivo desta reunião – que, lá está, foi um bocado surpreendente, porque todos responderam positivamente – foi nós começarmos a delinear, em conjunto, todos, uma estratégia cultural para Belém.

Já existiram outras tentativas, nomeadamente há cerca de dez anos atrás, com os projetos que o Prof. Lamas encabeçou, e muito bem, esses projetos vão servir-nos também de inspiração, no sentido de que houve muito trabalho feito nessa altura, muita produção de documentos, conclusões tiradas nessa altura. E portanto, vai servir aqui como repositório.

A ideia, de facto, é nós conseguirmos que todas estas instituições culturais se articulem melhor, com pequenos passos, porque sabemos que isto é uma coisa difícil, porque estamos a falar em tutelas privadas, em tutelas de associações, em tutelas públicas, todos juntos. Obviamente, há coisas que são mais difíceis do que outras, mas foi com grande satisfação que nós assistimos a uma reunião em que todos disseram “estamos presentes e estamos disponíveis”, e de alguma forma mandataram a Junta de Freguesia para estar ao leme deste processo de construção de uma realidade cultural unificada – não no mau sentido, mas mais partilhada por todos os agentes culturais de Belém.

Portanto, queria só dar estas duas notas – peço desculpa, se calhar devia tê-lo feito logo no início, mas esqueci-me.

Na questão da prestação de contas, vamos lá ver, as contas estão equilibradas, estão saudáveis, vêm na linha de anos anteriores, não há défices. Nós já sabemos, e também por anos anteriores, que estas contas, às vezes, quando são assim observadas analiticamente, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, há aqui verbas que andam sempre flutuantes, de um lado para o outro. Para vos dar um exemplo, há empresas que faturam a 15 de dezembro – uma eletricidade, vamos supor – mas, na realidade, aquilo cai na conta em 3 de janeiro. Portanto, tudo isto tem interferência nas contas. E portanto, às vezes há aqui ligeiros desvios, considerando o bolo total, que são flutuações que são muito ligadas a isto.

De resto, as receitas tiveram um comportamento positivo, normal. Provavelmente alguns de vocês perguntarão por que é que há aumento de receitas em algumas das rubricas. Eu dou um exemplo muito simples, pegando aqui no pelouro da educação, da Dra. Sofia Carvalho: quando nós passamos de um ano para o outro, nos clubes, de duzentos, para cerca de quase trezentos miúdos a participar, isto é um aumento de receita, mas é um aumento de receita bom, porque é uma coisa positiva, quer dizer que tivemos mais miúdos a aderir ao projeto que está na escola.

Portanto, não há aqui nada de extraordinário, não houve aumentos de preços; há, de facto, um aumento da atividade da Junta em várias questões.

E depois, há as transferências da Câmara, algumas previstas, como os CDC's, não conseguimos concluir os CDC's em 2025, estamos a preparar com a Câmara os CDC's, a prorrogação do prazo para 2026, estamos só à espera que a Câmara formalize esta questão.

Mas, isto quer dizer que, às vezes, o que está orçamentado não é exatamente – e é natural, por isso é que é o Orçamento, é uma previsão – não é exatamente aquilo que, depois, acontece na realidade.

--- Ana Coelho (PS) ---

Realmente, o Sr. Presidente já fez aqui uma introdução, em que mostrou que, efetivamente, havia aqui um saldo acumulado, uma diferença entre as receitas e a despesa, que permite ter um saldo acumulado bastante razoável.

A pergunta é: embora exista, depois, uma proposta de atividades e o respetivo Orçamento para o próximo ano, esta almofada, que são cerca de 2.000.000€, está pensada ser integrada de alguma maneira, distribuída por várias atividades? Alguma atividade, alguma obra? Ou, por outro lado, como estávamos a ver, há receitas que podem vir porque há um aumento de participações, mas também podem vir de um aumento das taxas, dos pagamentos que são feitos individualmente. E muitos desses pagamentos são feitos pelos próprios fregueses. Poderá pensar-se eventualmente diminuir esses custos, para não onerar tanto os fregueses.

Portanto, a pergunta é saber como é que o Executivo está a pensar utilizar este saldo significativo.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Vou centrar-me em três observações, atendendo também ao adiantado da hora e à gestão do tempo que temos de fazer.

Em primeiro lugar, eu acho que a população da freguesia – já no ano passado aconteceu, este ano também acontece – a população da freguesia devia fixar um número: o Orçamento da Freguesia de Belém tem andado num bolo financeiro, orçamental, de 10.000.000€. Isto é o Orçamento com que a freguesia conta. Tem sido um crescimento significativo, nomeadamente por via das receitas próprias e das receitas que são geradas pela atividade social e económica, e também por transferências. Mas, este valor, eu acho que é um valor que todos nós devíamos fixar. O Orçamento da Freguesia de Belém atingiu, em 2025, 10.500.000€.

Daí que aquelas preocupações a que, há pouco, eu me estava a referir, das pequenas obras, das pequenas reparações e dos pequenos problemas que surgem, nomeadamente no parque escolar da freguesia – ou localizado na freguesia – atendendo ao quadro claro de competências, cria-nos algumas dificuldades na compreensão da razoabilidade de isto existir.

Por outro lado, também, já agora, em resposta ao que, há pouco, o Sr. Presidente disse, as transferências de competências, o novo quadro de competências foi acompanhado de um pacote financeiro. É importante que as pessoas saibam e tenham consciência disto, houve um pacote financeiro que foi aceite, que foi calculado, foi estudado e foi aceite pelos vários intervenientes.

Mas, pronto, o primeiro ponto é este, de sublinhar a dimensão relevante que o Orçamento tem.

Segunda questão, uma questão que o Sr. Presidente referiu, mas que nós a queremos colocar de forma diferente, que é a questão do contrato de delegação de competências do mandato anterior. Isto é, para que os que nos ouvem percebam, um mini PRR local, isto é, um pacote financeiro, que no caso da Freguesia de Belém foi 1.500.000€ - mais ou menos, mais coisa, menos coisa – que foi acordado com a Junta de Freguesia para a execução de vários investimentos, e que a sua execução terá terminado no final do mandato passado, e que, até agora, nós não temos conhecimento do seu ponto de situação. Era um apelo que faria, e já o tinha feito em reuniões anteriores, acho que era muito importante para o trabalho que a Assembleia de Freguesia faz, no sentido de acompanhar a atividade da Junta de Freguesia, era muito importante termos um relato específico e detalhado sobre isso.

Terceiro e último ponto que gostaria de destacar, diz respeito, de facto, ao saldo de gerência. O saldo de gerência é a receita que é arrecadada durante um ano, e que não é gasta nesse ano – portanto, aquilo que não foi executado, e que vai passar para o ano seguinte.

E aqui, há um ponto que queremos sublinhar: o saldo de gerência, hoje, é de 2.260.000€ - isto é, este é o pacote que não foi gasto, que não foi executado – e este saldo de gerência tem registado, nos últimos quatro anos, uma tendência crescente. Era 1.000.000€ em 2022, 1.400.000€ em 2023, 2.200.000€ em 2024, e agora, 2.260.000€ em 2025.

Queríamos só destacar isto, o que releva, na nossa opinião, dificuldades na execução de Orçamentos que são aprovados, e dificuldades na resposta aos problemas da freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

Obrigado pelas questões que nos colocam.

Vamos ver, eu acho que é preciso também esclarecer e perceber que estes 2.000.000€ de saldo transitado – dois milhões e pouco – resultam de um acumular de mais de vinte anos de exercícios. E portanto, não é de um ano para o outro que se chegou aqui. Aliás, devo dizer, em benefício do Partido Socialista, que quando nós, aqui em Belém, na Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, quando nós ganhámos a Junta, em 2001, recebemos um saldo transitado, nesse ano, de duzentos e não sei quantos mil euros – estamos a falar há vinte e quatro anos.

O que, de facto, esta Junta tem feito é uma gestão muito prudente dos exercícios, de forma a que, todos os anos, haja pouco – que não é muito – mas que vá, de alguma forma, não havendo défice. E que me lembre, nestes vinte e quatro anos, houve qualquer coisa como dois anos em que houve défice, nesse ano orçamental.

Portanto, acho que é de prudência termos aqui uma almofada.

A questão de usar essa almofada para diminuir taxas, para gastar, vamos lá ver, o gastar é “one shot”, gasta-se uma vez e o dinheiro não volta. Portanto, nós temos de ter muito cuidado na questão dos investimentos. E eu, como fui tesoureiro nos últimos doze anos, da Junta de Freguesia de Belém, sempre dei este exemplo da pandemia – mas, não é preciso ser só o exemplo da pandemia; já houve anos aqui na Junta onde, por exemplo, as transferências mensais do Orçamento de Estado, que rondam os 300.000€ neste momento, estivemos dois ou três meses sem receber as transferências mensais, por questões do Governo, que não tinham a ver connosco.

Ou seja, se nós não tivermos, de facto, uma boa almofada aqui, nós podemos entrar em dificuldades. E nós temos cerca de duzentos trabalhadores a quem, pelo menos a esses, convém não falhar naquilo que é o salário.

E portanto, tem havido, de facto, reconhecemos e assumimos, uma gestão prudencial do Orçamento, de forma a termos sempre esta almofada. E prova também disso foi o que aconteceu na pandemia, que já também falámos aqui várias vezes, escuso de repetir. Aliás, devo dizer que eu sei de outras Juntas que têm algumas dificuldades económicas, neste momento, e de tesouraria, coisa que a Junta de Freguesia de Belém felizmente não tem, exatamente porque tem esta almofada financeira.

Julgo que foi a Ana Coelho que referiu a possibilidade de se baixar taxas. Não, a questão, julgo que não é por aí. Ou seja, nós não temos aumentado as taxas, as taxas têm-se mantido estáveis. O que nós temos, de facto, é de ter alguma capacidade para fazer investimento e para novos projetos, novas coisas, porque há, naturalmente, investimento que sai do Orçamento próprio da

Junta, das receitas próprias, e não de transferências do Orçamento de Estado ou dos CDC's da Câmara.

O Josué referiu aqui uma coisa, que diz que o saldo de gerência demonstra uma dificuldade de execução. Eu acho que se nós formos ver a percentagem de execução que nós temos naquilo que é o investimento, acho que não corresponde exatamente àquilo que o Josué disse. Mas, tudo bem, está à vista de todos nas contas.

Por fim, o ponto de situação dos CDC's: nós contamos trazer aqui, na próxima Assembleia, um ponto de situação dos CDC's, já com a reformulação aceite pela Câmara, já provavelmente com um contrato, uma adenda de prorrogação dos CDC's anteriores.

Deixem-me só dizer-vos – e não vou aqui explicar muito este assunto, mas sei, porque falo com a Câmara e falo com outras Juntas – que a Junta de Belém é uma das Juntas que tem maior grau de execução dos CDC's. E portanto, não nos foi “difícil” – entre aspas – renegociar as verbas que estão pendentes ainda do CDC, exatamente porque tínhamos uma boa execução.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, e as abstenções do PS e PCP. -----

PONTO 6 – Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2026 (PPI e PPA)

--- Ana Coelho (PS) ---

Ora, eu vou voltar à questão das pequenas obras nas escolas. Nesta revisão orçamental está previsto um valor de 10.000€ para obras de conservação nas escolas do 1.º ciclo e do pré-escolar. Portanto, é assumido que a Junta, o Executivo, define uma verba para fazer este tipo de atividades. E portanto, continua a não se compreender por que é que não faz essas pequenas reparações, que estão pendentes há tanto tempo, nomeadamente no Jardim de Infância de Belém. Não são obras de fundo, são pequenas conservações, e algumas delas que têm implicações em termos de segurança dos próprios alunos.

Outras questões. Apreciando de uma maneira geral os valores que estão consignados nas várias rubricas, há alguns que nos chamaram à atenção. E como não há nenhuma explicação acessória no documento, nós gostávamos de perceber, efetivamente, o que é que vai ser efetuado nas despesas destas rubricas.

Estão previstos 63.000€ para despesa em prémios e ofertas; alimentação confeccionada, 229.000€; bens alimentares, 24.000€; transportes, 502.000€. Depois, existem umas verbas de transferência para instituições sem fins lucrativos, que envolvem despesas de capital e outras, no valor total de 250.000€. E depois, temos aquisições de bens de capital, no valor total de cerca de 1.500.000€, em que as verbas maiores dizem respeito a construção de viadutos, arruamentos e obras complementares, no valor de 306.000€, e de parques e jardins, no valor de 494.000€.

Portanto, uma explicação sobre o que é que efetivamente são estas despesas previstas.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, estão aqui muitas rubricas, vamos lá ver se consigo ir a todas, nos três minutos, ou menos.

Queria só dar aqui alguns exemplos, para perceber a lógica disto, a lógica dos orçamentos, e o que é que está aqui dentro.

Por exemplo, na questão dos alimentos confeccionados, nós estamos a falar de alimentos que, por exemplo, são entregues às crianças, aos jovens e aos idosos nos campos de férias. Estes valores, às vezes, são, de facto, grandes, como é o caso dos transportes, nós temos um valor de 502.000€ nos transportes porque, de facto, nós temos seis turnos, três meses, só no verão, de transporte de crianças, idosos e jovens.

Há bocado, o Josué falava na questão dos 10.000.000€, que na realidade são 8.000.000€, porque, depois, há os tais 2.000.000€ que vêm aqui a atravessar os vários períodos, os vários anos, mas nós estamos aqui a falar, de facto, de um incremento da atividade da Junta.

Por isso, aqui, já agora, uma questão, que quando nós falamos também do aumento da receita, mas, na realidade, a maior parte do aumento dessa receita, depois tem um consequente aumento da despesa, porque se eu passei de duzentos para trezentos alunos nos clubes, isto quer dizer que eu vou ter de ter mais professores, mais despesa, mais carrinhas, mais gasóleo, mais motoristas, e isto em todas as áreas. Eu posso ter mais receita, por exemplo, na piscina, posso aumentar as receitas, mas, na realidade, se eu aumentar o número na piscina, vou precisar de mais professores, vou gastar mais água.

Portanto, não há aqui um aumento da verba sem um consequente aumento da despesa. E portanto, todas estas rubricas que a Ana Coelho aqui referiu são enquadradas na atividade da Junta.

E também por isto, esta questão que a Ana estava a dizer, por que é que nós, então, não fazemos obras nas escolas, se temos dinheiro, e não sei quê. É exatamente por isto, quer dizer, porque apesar de termos receita, temos despesa, e uma coisa está ligada à outra, e há aqui uma margem de segurança que temos.

De qualquer forma, não é por eu ter, seja o saldo transitado, seja uma boa gestão, que nós, enquanto Junta, entendemos que devemos ir colmatar as falhas das outras entidades – porque, às vezes, isso acontece, as pessoas dizerem: “Por que é que não vai tapar os buracos da estrada?” Não vou tapar os buracos porque não é minha competência, senão, a seguir, vou arranjar médicos, ou fazer não sei quê.

Vou terminar, só para ir à questão das pequenas intervenções, que foi aquilo que a Ana também falou. Nós, todos os dias, estamos a fazer pequenas intervenções nas escolas. Eu vou dizer isto,

não é verdade aquilo que a Ana disse, que nós não estamos a fazer as pequenas intervenções nas escolas. Ainda hoje fizemos, ainda hoje tenho aqui vários *e-mails* das pessoas que fazem intervenções, a dizer “isto está feito, isto está feito”. Todos os dias surgem novas coisas nas escolas, todos os dias nós temos uma lista de novas coisas que acontecem nas escolas – o armário que se estragou, a autoclismo que avariou, e não sei quê. Nós estamos todos os dias a intervir nas escolas, isto é uma “*never ending story*”.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, e as abstenções do PS e PCP. -----

PONTO 7 – Alteração do Mapa de Pessoal 2026

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Sr. Presidente, uma nota muito rápida – aliás, na sequência do que temos vindo a referir sempre, quando este ponto da ordem de trabalhos vem à apreciação da Assembleia.

Eu creio que, dada a importância deste instrumento de gestão, faria sentido que viesse uma nota explicativa das alterações que são introduzidas, e das razões das alterações, quer por classificação profissional e por tipo de trabalhador, que a alteração do Mapa de Pessoal apresenta.

Vindo a seco, ficamos um bocado sem saber por quê. Obviamente, estamos conscientes, e certamente será por boas razões, mas eu creio que até mesmo para permitir o exercício da nossa função aqui, na Assembleia de Freguesia, acho que este documento deveria – e já na linha das inovações – deveria ser acompanhado de uma nota explicativa.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Eu tinha uma pergunta – que, se calhar, são duas – aqui para fazer ao Sr. Presidente, que é, neste Mapa de Pessoal, se estão aqui incluídas as pessoas que não são funcionários públicos, os chamados recibos verdes, e se não estão, se podemos ter também o número das pessoas que estão a recibos verdes, mas que são considerados funcionários, excluindo assessores e outras coisas. Só para ter uma ideia do número total de pessoas que existem na Junta de Freguesia como trabalhadores.

--- Presidente do Executivo ---

Não tenho estes dados que o Pedro Lancastre está a pedir, não os tenho aqui comigo. Nós temos uma panóplia de tipos de trabalhadores, a grande maioria são trabalhadores do quadro, depois temos outros, que trabalham nos clubes, em projetos, e não justifica estarem no quadro. E temos, depois, situações, como dos técnicos da piscina, dos professores da piscina, que alguns têm trabalho em vários sítios. Mas, não tenho esses números.

Só para dar aqui uma breve explicação sobre o quadro, o quadro de pessoal, nós fizemos aqui algumas adaptações – aliás, tem aqui os números antigos e os novos, do quadro de pessoal – e a ideia é adaptar mais à realidade, e não só, é abrimos vagas – como vão ser abertas nos

próximos dias, nas próximas reuniões do Executivo – abriremos vagas para contratos a termo incerto, para as pessoas entrarem nos quadros, aquelas que ainda estão – algumas – a recibos verdes, para posições permanentes.

Agora, nós temos de compreender que, hoje em dia, o mercado de trabalho é muito dinâmico, e nas questões mesmo das entidades públicas, é muito dinâmico. Só para dar um exemplo, para terminar a minha intervenção, nós, por exemplo, há uns anos atrás, tínhamos três assistentes sociais que eram do quadro, e em dois anos, eles foram-se todos embora, e tivemos de admitir novos, que começaram por ter um contrato mais precário e, entretanto, já estão também nos quadros.

Portanto, esta coisa que se tinha a ideia que a função pública era uma coisa para sempre e para toda a vida acabou. Isto é muito dinâmico, e nós também temos dado, sobretudo nos últimos meses, disponíveis para quem quer entrar e sair, não queremos que esteja cá ninguém contrariado. Quem quer ir trabalhar para outro lado, nós temos deixado ir, o que não ajuda aqui a esta estabilidade.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 8 – Apreciação do Inventário a 2025/12/31

Tomado conhecimento. -----

PONTO 9 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Projeto Esperança – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 10 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 11 – Apreciação e ratificação do Protocolo de cooperação entre a Junta de Freguesia de Belém (GIP-Belém) e o Instituto Técnico de Inovação – ITI, Lda.

--- Rita Sá (PS) ---

Sr. Presidente, se me permitisse juntar já o Ponto n.º 11 e o Ponto n.º 12, porque a dúvida é a mesma, e é bastante evidente, certamente, qual será a minha questão, é que temos dois protocolos com âmbito praticamente igual, e eu gostaria muito de perceber por que é que estamos a fazer dois protocolos com o mesmo objeto, com duas entidades distintas.

--- Presidente do Executivo ---

Estes dois protocolos, vamos lá ver, o que é que consubstancia os protocolos, resumidamente? Nós damos uma carta de conforto a estas entidades para concorrerem para serem beneficiárias de projetos de formação profissional, para poderem dar formação profissional, e em contrapartida, temos destas instituições a possibilidade de termos, ou formações gratuitas dos trabalhadores da Junta de Freguesia, ou a preço reduzido, ou até mesmo para terceiros, como aquelas pessoas que sejam indicadas pelo GIP – Gabinete de Inserção Profissional, que funciona na Junta de Freguesia.

Por que é que são duas entidades? Na realidade, podiam ser muitas mais. Para já, porque isto são candidaturas que as entidades fazem, não há certeza de que vão ser selecionadas, e depois, obviamente, quanto mais possibilidades de formação deste género nós tivermos, melhor. É só por causa disso, não há uma sobreposição, digamos assim, de objeto. Quer dizer, o objeto é basicamente o mesmo, não há é uma sobreposição de atividades, digamos assim, não há uma duplicação.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 12 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Inweb Solutions Unipessoal, Lda.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Ler para Ser – Associação Cultural

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 14 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Associação de Voleibol de Lisboa

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 15 – Apreciação e ratificação do Regulamento do Torneio “Gira Vólei 2026”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 16 – Apreciação e ratificação do Regulamento da 2.ª Edição do Belém Basket

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 17 – Apreciação e ratificação do Regulamento da 12.ª Edição da Corrida de Belém (2026)

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 18 – Apreciação e ratificação do Regulamento da Feira de Artesanato, Velharias e Antiguidades de Belém

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 19 – Apreciação e ratificação do Contrato de Delegação de Competências entre a CML e a Junta de Freguesia de Belém para a manutenção de espaços verdes e áreas expectantes

--- Josué Caldeira (PCP) ---

De facto, o que o PCP consegue garantir é previsibilidade e é segurança, nós somos de confiança, com os nossos adversários, com os nossos parceiros, e isso é uma coisa que está na génese do Partido, da coligação, e que não me importo nada de revelar na minha participação na Assembleia de Freguesia.

A questão que nós gostaríamos de colocar esta só a seguinte: este contrato de delegação de competências é um contrato sobre uma área importante, de manutenção de espaços verdes e de áreas expectantes. O que nós gostaríamos de saber era se a verba que é alocada a este contrato de delegação de competências se tem revelado suficiente para dar uma resposta competente ao exercício destas competências.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, obviamente, se tivéssemos mais verba, podíamos sempre fazer mais coisas. Mas, julgamos que a verba é suficiente.

Nós fizemos também aqui algumas alterações, para melhoria da qualidade do serviço que prestamos à população na área dos espaços verdes. Até agora, não tínhamos ninguém na Junta de Freguesia – com exceção, neste caso, de mim próprio – na área dos espaços verdes, tínhamos uma empresa externa, que trabalha, mas era gerida diretamente por mim. Neste momento, temos uma engenheira agrónoma a trabalhar connosco, para conseguirmos fazer melhor nesta área.

E, já agora, dou aqui a conhecer também que estamos a plantar – vão começar agora, provavelmente ainda esta semana, já chegaram hoje as árvores – vamos plantar, nos próximos dias, quarenta e nove árvores para reposição das árvores que foram afetadas pelas tempestades, ainda do ano passado, e vamos ainda adquirir, se tudo correr bem, mais árvores ainda, nesta época, para conseguir plantar ainda agora, nesta época, ainda mais caldeiras.

Portanto, eu diria que a verba é suficiente, é o que é, mas tem-se revelado suficiente.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

O que me parece que se pode depreender é que os problemas de limpeza nos espaços verdes, a que continuamos a assistir na freguesia, não têm origem na falta de verbas para assegurar os meios para a sua resolução.

--- Presidente do Executivo ---

Claro que os problemas de limpeza, especialmente nos espaços verdes, não têm a ver com os espaços verdes; têm a ver com a deposição errada de lixo na rua – e, aliás, no sítio onde eu e o Josué moramos, por acaso moramos em frente um ao outro, isso é notório. Nas traseiras da casa do Josué está, com frequência, uma data de papéis no jardim, que, naturalmente, não cresceram ali, e não é culpa dos espaços verdes.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PS e IL, e a abstenção do PCP. -----

PONTO 20 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a empresa Tonic Events, Lda., com vista à organização do Grande Arraial de Belém 2026-2029

--- Fernanda Santos (PS) ---

Em relação a este protocolo, Sr. Presidente, temos, de facto, uma grande estranheza por voltarmos a ter a empresa Tonic Events a realizar o Grande Arraial de Belém, agora por quatro anos. E portanto, estranhamos, efetivamente, que uma empresa privada venha explorar este espaço público, que é o Jardim do Parque dos Moinhos de Santana, sem que também, na verdade, se assinale aqui uma atividade de utilidade pública, na medida em que esta empresa vem aqui

fazer um exercício de uma atividade lucrativa. Embora seja, como já tinha sido abordado em anteriores protocolos, uma oferta da presença de todos aqueles que queiram visitar este arraial, não há pagamento de bilhetes, efetivamente esta empresa está a explorar um espaço público, com isenção de taxas de ocupação do espaço público, com licença de ruído, perturbando todos os vizinhos que moram aqui nas zonas da redondeza deste parque, e outras – porque o barulho que fazem é, efetivamente, um barulho muito alto, muito elevado, e que incomoda, e que tem levado a muitas queixas.

Por isso, até nos surpreende, com as polémicas que surgem sempre à volta deste arraial, que venha agora a ser feito um protocolo para quatro anos. Isto quer dizer que durante estes quatro anos, nem sequer há a prerrogativa de se fazer uma avaliação, se de um ano para o outro pode correr mal, e se se poderia alterar, eventualmente, o prestador desta organização.

Mas, também estranhamos, porque as contrapartidas financeiras que deve haver pela realização deste evento deveriam ser acauteladas, eventualmente com uma contratação pública, de forma a que houvesse uma maior concorrência, que houvesse outras empresas que pudessem oferecer este serviço aqui para a Junta de Freguesia e em benefício dos fregueses.

Portanto, nós questionamos porquê esta empresa em particular, que já fez dois arraiais, que vai agora ser beneficiada para realizar mais quatro arraiais, sem que haja aqui um escrutínio, sem que haja aqui uma concorrência, sem que haja aqui uma contratação pública. Nós, efetivamente, ficamos sempre na dúvida com esta cedência que é feita por parte da Junta. Ainda por cima, a Junta, depois, acaba por ceder uma série de serviços, de limpeza, de abastecimento de água, de espaço, reforço também de segurança, se não estou agora em erro. Ou seja, também acredito que aqui acaba por ter despesas para a Junta de Freguesia.

E ainda outra nota que me parece ser justo fazer: tal como aconteceu nas edições anteriores, novamente não há o envolvimento das coletividades. A exemplo de outros arraiais que existem, organizados pelas Juntas de Freguesia, há sempre este cuidado de trazer as forças vivas da freguesia, as coletividades, as associações. No ano passado não tiveram lugar, este ano possivelmente também não vão ter lugar, porque, ao que parece, a ocupação deste espaço é feita principalmente por aquelas que têm atividades lucrativas – pelas marcas, pelas empresas, que depois se vão sedear aqui, e que criam aqui um modelo de negócio.

Eu não sou especialista nos modelos de negócio desta matéria, mas, efetivamente, suscitou-me aqui muitas dúvidas, que gostaria de ver esclarecidas por parte do Sr. Presidente.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Partilhamos integralmente da intervenção que acabou de ser feita. Queremos dizer muito claramente, do início, que nada nos move contra os arraiais populares, primeiro porque são populares, e depois, porque são arraiais, e pela importância que têm na história cultural da cidade, e na importância da dinamização das comunidades.

O que nos move aqui é a defesa de princípios de gestão pública, como princípios da transparência, da imparcialidade e da boa administração.

Nós não estamos perante um protocolo de carácter social, ou de carácter colaborativo com uma associação cultural, ou desportiva, ou qualquer coisa, uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Não, nós estamos a dialogar – isto é, nós, a Junta de Freguesia está a dialogar com uma empresa privada, numa iniciativa – e tal como foi referido, e vem na proposta – que não é uma, são quatro, numa iniciativa que tem benefícios económicos.

Nós cremos que a Lei Portuguesa, relativamente a isto, é muito clara: uma iniciativa deste tipo tem de ser mobilizada no quadro das regras da contratação pública. Isto não é a prestação de um serviço; isto é a aquisição de um serviço.

Este é um primeiro ponto que gostaríamos de referir, inclusivamente afirmando e questionando a Mesa da Assembleia de Freguesia se considera que esta proposta está em condições de ser apreciada, porque nós não temos um único elemento que nos clarifique o que é que vai ali acontecer – nem programa, nem balcões, nem tendas, nem formas de contratação, nem formas de arrendamento, nem nível de preços, nem quadro de programação, nem horários, nada.

E portanto, o que a Junta de Freguesia nos está aqui a pedir é que nós passemos um cheque em branco, sem que este cheque em branco – porque é branco, não tem nomeadamente um número, não há uma estimativa de custos, não há uma estimativa de não receitas, ou de perdas de receitas.

Esta é uma questão que já no ano passado referíamos aqui, creio que inclusivamente fomos secundados, nomeadamente pela Iniciativa Liberal, naquela altura, pelo Partido Socialista também, entrevistamos no mesmo sentido. E portanto, esta é uma questão grossa, nesta perspetiva: temos dúvidas de que ela esteja em condições de ser apreciada e de ser aceite aqui na Assembleia de Freguesia, não percebemos por que é que não vem um único valor sobre esta medida.

E obviamente, nós estamos, como foi dito pela intervenção anterior, nós estamos perante uma situação em que precisamos de perceber por que é que são estes que são contratados, digamos assim, e por que é que não são outros; o que é que a Junta ganha com esta contratação, e o que é que perde com outras contratações.

Levanta-nos particulares preocupações, nomeadamente no que diz respeito à defesa do bom nome da administração pública e da boa gestão dos recursos públicos.

--- Pedro Lancastre (IL) ---

Ao contrário das intervenções anteriores, congratulo-me de haver aqui uma atividade em prol do divertimento dos fregueses de Belém. Tenho ido aos últimos arraiais, gosto imenso daquilo, e vejo a felicidade das crianças que lá estão, e que vão, e que gostam daquilo.

Pode haver aqui questões processuais, que eu não sei, mas agrada-me ver uma coisa em prol dos fregueses, e feito por uma empresa privada, porque, obviamente, o Estado, para mim, não

tem muitas competências para fazer isto, e não deve ser, com certeza, a Câmara ou a freguesia a fazer um arraial, porque, obviamente, quem vai vender as bebidas são os privados, quem vai fazer as animações são os privados, e não os trabalhadores da Junta, que já têm muito que fazer.

Era só isto que eu tinha para dizer, e congratulo-me com isto.

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Vou ser muito rápido, e vou na linha do Pedro, acho que estas iniciativas privadas devem acontecer, o arraial faz parte das festas da cidade de Lisboa.

Tenho apenas aqui dois comentários, que peço à Junta que leve em consideração.

Primeiro, colide com o arraial também da Paróquia de Belém, na qual eu sou voluntário, e colide um bocadinho no início. Eu peço à Junta, a questão do ruído, dos horários, peço porque o ruído tem sido grande, os horários deviam ser um bocadinho controlados, e peço atenção à Junta para fazer esta monitorização, que é importante também para o descanso dos fregueses, e peço essa consideração à Junta de Freguesia.

--- Rita Sá (PS) ---

Bom, não querendo alongar esta discussão, queria apenas reforçar que, de facto, a nossa preocupação é assente no modelo que aqui está em presença, e que, de facto, é completamente vazio de conteúdo, e muito difícil de compreender. Há muitíssimos outros modelos que são, de facto, muito mais correspondentes àquilo que um lisboeta conhece como um verdadeiro arraial, que é aquele que envolve as coletividades, as associações, etc.

Mas, pronto, sendo este o modelo que se escolheu, é aquele que temos aqui para votar.

Queria apenas chamar à atenção que, há pouco, quando pedi para ter algumas propostas em papel, por acaso estava precisamente a pensar nesta, porque me ocorreu que podia haver aqui uma incorreção na redação do protocolo – enfim, isto independentemente de, no nosso caso, não concordarmos sequer com o seu conteúdo.

Mas, a cláusula mais relevante com que a Junta de Freguesia se compromete neste protocolo, que a seguir vamos votar, é com a isenção, e vou citar, “*da licença de ocupação de espaço público e da licença especial de ruído*”. Só que não é isto que a Junta vai isentar, porque a Junta tem de as passar na mesma; a Junta vai isentar da respetiva taxa, não é da licença. Portanto, está aqui uma incorreção que tem de ser necessariamente corrigida. A licença, tem de a passar, tem de passar a licença de ruído, e da ocupação de espaço público; vai isentar da taxa, o que pretende isentar é da taxa, e não da licença.

E é também importante, e eu não consegui verificar isto, porque o regulamento de taxas não está disponível *online*, é preciso mesmo verificar se o regulamento de taxas aplicável tem, de facto, esta isenção prevista, porque se não tiver, não pode isentar.

Se a Junta conseguir garantir estas condições, nós agradecemos muito. Não quer dizer que se concorde na mesma.

--- Presidente do Executivo ---

Bem, em primeiro lugar, obviamente, este é um assunto que nós sabemos que é sensível, e portanto, a Junta teve o cuidado de se consultar os especialistas nestas matérias, nomeadamente os gabinetes de advogados que dão apoio à Junta, para termos a certeza absoluta de que o que estávamos a fazer estava, em termos jurídicos, correto, e só assim é que isso vem aqui, como é óbvio. Aliás, acho que ninguém esperaria de nós outra coisa.

Obviamente, o tema, nós podemos começar a colocar questões, várias questões. Mas, deixem-me dar-vos aqui dois exemplos, que eu julgo que são elucidativos do tipo de procedimento que é feito aqui. Temos uma *Websummit*, por exemplo, temos um *Rock in Rio*, que são atividades, não vou dizer semelhantes, mas são atividades em que são celebrados protocolos entre entidades públicas e entidades privadas, exatamente – obviamente, à dimensão e ao tipo de iniciativa – como é esta. Lembrar, por exemplo, a *Websummit*, onde a Câmara Municipal de Lisboa, julgo que, na altura, já não sei se era o Dr. António Costa, se era o Dr. Fernando Medina, já não me lembro qual era, fez um protocolo com a *Websummit*, de durante dez anos se poder realizar em Lisboa, naquelas condições, com a Câmara a dar isto e aquilo, e em troca havia uma mais valia para o território.

E aqui é exatamente a mesma coisa, há aqui uma mais valia para o território, porque se nós voltarmos um bocadinho atrás, até 2019 – algures por aí – havia um arraial que era promovido pelas coletividades em Belém. Esse arraial deixou de existir, não por vontade da Junta – porque, aliás, a Junta, nessa altura, gastava bastante dinheiro até no arraial, e gastava com gosto, porque patrocinava, ou seja, dava condições às coletividades, colaborava nas despesas, havia uma série de coisas que era a Junta que pagava, apesar de ser um arraial das coletividades, havia um patrocínio da Junta às coletividades para esse efeito. Por decisão das coletividades, esse arraial deixou de existir. Nós, aliás, tentámos que ele se mantivesse noutros moldes, noutros locais, mas deixou de existir.

E, às tantas, encontrou-se aqui esta solução de fazer este arraial no Parque dos Moinhos, um sítio diferente, com determinadas condições, que são as condições “ideais” – entre aspas – para se fazer isto, porque é um parque murado, tem casas de banho, tem infraestruturas elétricas, tem infraestruturas de saneamento, tem tudo o que é preciso para montar isto, sem estar a acrescentar aos custos.

Portanto, é por isto que surge este arraial, não é por outro motivo.

E, já agora, respondendo só à questão das coletividades, ou da presença de entidades, nas duas edições do Grande Arraial de Belém que existiram até agora, as coletividades foram convidadas a estar presentes gratuitamente, a poderem ter a sua banca, a poderem vender – poderiam estar a vender. As coletividades têm as suas motivações, eu compreendo, não quiseram, não se entenderam, não quiseram estar sozinhas, não quiseram estar agrupadas, tudo bem. Aliás, está

ali o Presidente de uma coletividade, que se eu estiver a mentir, me dirá, que sempre houve esta abertura para se fazer este enquadramento das coletividades no grande arraial.

E também não há aqui uma questão de contratação pública. Essa questão que, há bocado, estavam a dizer, não se enquadra. Foi uma das questões que nós colocámos, como é óbvio, e não se enquadra na contratação pública. Nós não estamos a contratar uma empresa, não há aqui uma prestação de serviços, não há uma contrapartida, nós não estamos a receber um serviço, e toma lá dinheiro. Não há. Há, de facto, um acordo, mas como há noutros eventos. E acho que ninguém põe em causa, aqui nesta sala, julgo que a maioria de nós não porá em causa, por exemplo, a existência de um *Rock in Rio*. A existência do *Rock in Rio* é exatamente a mesma coisa que o Arraial de Belém. Pronto, são opiniões diferentes.

Qual é a semelhança com o *Rock in Rio*? É a mesma coisa, houve aqui um conceito que foi criado, que se chama o Grande Arraial de Belém, que foi montado, que se criou um nome, tem uma marca, e que resultou bem nos primeiros dois anos. E portanto, nós entendemos que o Grande Arraial de Belém, como foi montado e como foi idealizado, é uma mais valia para a freguesia. Eu acho que, tal como também já disseram aqui – creio que foi o Pedro Lancastre – quem vai lá percebe a mais valia que é para a freguesia, porque vê lá as famílias, não é um arraial sequer de Bairro Alto, de Alfama, de não sei quê, é um arraial das famílias. E não é à toa que se vocês forem ver a exposição que, hoje em dia, ou já no ano passado, o arraial ganhou no meio mediático, foi muito interessante, porque tivemos N publicações, de N famílias, de N pessoas até com alguma notoriedade nas redes sociais, que vieram ao arraial e publicaram, e deram aquilo como um exemplo de qualidade.

E portanto, eu acho que isto é bom, termos um exemplo de qualidade na nossa freguesia.

Tem razão, ou seja, o licenciamento é efetuado. Isto é uma atividade entre a Junta e esta entidade. O espaço é cedido, há um licenciamento que é em nome da Junta, na realidade, é a Junta que é a licenciada.

Para terminar, a questão dos horários, que o Fernando Magarreiro referiu, e a compatibilidade com o Arraial da Paróquia, eu sei que há, e julgo que já houve nos anos anteriores, conversações entre os dois, de forma a que o Arraial da Paróquia seja impactado com isto o mínimo possível.

Em relação aos horários, e sensibilizados até pelas questões que a Fernanda disse, que causa perturbação, é claro que qualquer coisa causa perturbação. Reparem, nós fazemos uma Corrida de Belém, causa perturbação. O que nós fizemos com a organização, e já combinámos isso, e está vertido até no protocolo, é diminuir o horário de funcionamento do arraial. Diminuímos em uma hora, julgamos que para horas mais aceitáveis, e também falámos com a organização a questão do volume de som – que não está expresso no protocolo, é evidente – a questão do volume, ser mais controlado também, para que cause menos incómodo.

Mas, vai acabar mais cedo do que tem acabado nos últimos anos.

--- Rita Sá (PS) ---

Eu peço desculpa, mas não fiquei esclarecida com a intervenção do Sr. Presidente; aliás, fiquei ainda mais confusa com a intervenção do Sr. Presidente, porque me parece que, apesar de haver um protocolo, realmente tudo aquilo que releva para o protocolo não está no protocolo, acresce que também está no protocolo algo que manifestamente é contrário àquilo que deve ser feito, nos termos das emissões de licenças.

E portanto, eu considero que esta proposta não está em condições de ser votada.

--- Presidente do Executivo ---

Nós mantemos a proposta como está.

--- Raúl Nunes (PS) ---

Ao contrário da maior parte das pessoas aqui, eu trabalhei quase a minha vida toda nesta área, na área dos espetáculos, teatro, cinema, televisão, é mesmo a minha área de atuação. E eu gostava de fazer alguns comentários, que são muito simples, em relação a esta coisa.

Eu não sou contra eventos feitos por iniciativa privada, não tenho nada a ver com isso, não é uma questão ideológica, neste caso, mas não consigo perceber, porque quando há um negócio que gera muito dinheiro, por que é que a Junta de Freguesia vai alugar um gerador, que é uma coisa que em qualquer prática de produção de eventos, é responsabilidade do promotor do evento, e nunca das freguesias; por que é que a Junta de Freguesia se responsabiliza pela colocação de palcos; por que é que a Junta de Freguesia se responsabiliza por otimizar a segurança, em vez de pedir a uma empresa de eventos que garanta essa segurança policial, porque há para isso modelos de contratação às polícias, que em eventos desta dimensão já deveriam ter obrigatoriedade.

E, por exemplo, neste protocolo, contrariamente ao que acontece no protocolo que nós vamos analisar a seguir, com outra empresa, não está nem sequer garantida a segurança, em termos de saúde. Não está, neste protocolo não vem mencionado.

Depois, para mim, nunca deveria vir um protocolo que não estimasse a quantidade de pessoas que serão autorizadas a participar no evento, os custos que poderiam derivar da cedência da água, da cedência da luz, dos funcionários que protocolarmente a Junta de Freguesia vai pôr a trabalhar no final dos eventos, em horas extraordinárias, tardias. Nada disto está estabelecido neste protocolo. E é um protocolo que se vai arrastar durante quatro anos, o que torna esta dimensão, da potencialidade dos custos, grave. É só essa a minha questão.

E a minha questão é assim, eu não tenho nada contra que seja feito, e que alguém tenha lucro ao fazer um evento, esse evento tem de ter uma justificação, obviamente, de interesse social e cultural – mas, isso são opiniões que as pessoas podem ter, mais um ou outro.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Três questões. As regras de relacionamento da administração pública com o setor privado têm regras. Não está aqui em causa a relação com o setor privado, mas isto tem regras. Não está em causa ser iniciativa privada, isto tem regras. Tudo o resto são floreios.

Sobre a questão específica que o Sr. Presidente referiu, trataram com a empresa outros horários. Quais são os horários? Eu lembro que o Vereador Diogo Moura acabou de lançar um despacho sobre os arraiais populares, em que estabelece limites temporais para todos os arraiais. E este “protocolo” – entre aspas – nem estes limites temporais refere.

Portanto, a Assembleia de Freguesia, a aprovar, vai aprovar uma coisa que, sobre esta questão elementar que tem levantado tantos problemas, nós nem conseguimos...

Última questão, Sr. Presidente, isto para ser transparente: o Sr. Presidente da Junta disse que a Junta se socorreu de apoio jurídico. A CDU não vai ficar quieta sobre esta matéria, em que temos preocupações. Não está aqui em causa nada contra os arraiais populares; agora, também não vão ficar apenas na nossa posse as preocupações que temos, e iremos procurar apoio, nomeadamente o que existe, para esclarecer este comportamento da Junta de Freguesia.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, nós podemos sempre levantar questões sobre tudo e mais alguma coisa; agora, não me parece que seja razoável, sinceramente, os senhores estarem a levantar questões sobre um tema onde o próprio PS, mas também o PCP, fazem protocolos exatamente iguais a este – exatamente iguais, nos seus termos.

Se o Sr. Presidente me permitir, eu vou só ler o protocolo assinado pelo PS, por António Costa, depois Fernando Medina, que tem, neste caso, com o *Rock in Rio Lisboa*, onde curiosamente, caro Raúl Nunes, diz exatamente que as obrigações da Câmara são aquelas que referiu, por que é que são da Junta. Eu vou-lhe dizer, vou-lhe dar aqui, muito rapidamente: garantir as fontes de energia elétrica, pontos de água potável, rede de esgotos, fornecer os serviços de limpeza, recolha e manutenção de resíduos sólidos urbanos no local – são só dois dos muitos pontos que são obrigação da Câmara Municipal de Lisboa, em protocolos assinados pelo PS, quando era governo na Câmara Municipal de Lisboa, com uma entidade privada.

Portanto, é exatamente isto. Calculo que os senhores não estejam aqui agora a pôr em causa todo o historial de N protocolos que existem.

E já que o Josué levanta estas questões, o Josué também sabe – e eu não quero levantar aqui a questão política, mas o Josué também sabe que quando há determinadas festas que eram feitas aqui no Alto da Ajuda, que tinham também material da Câmara, emprestado pela Câmara, que os funcionários da Câmara levavam. Mas, tudo bem, não tem problema nenhum. Não tem problema nenhum, porque são coisas onde a cidade ganha. Eu não estou contra o protocolo do *Rock in Rio*, tal como não estou contra o protocolo da *Websummit*, e outros protocolos que a Câmara faz.

E para terminar, Sr. Presidente, só dizer uma coisa, a questão do Vereador Diogo Moura, e dos arraiais. Caro Josué, o Vereador Diogo Moura legisla sobre os arraiais da Câmara. Isto não é um arraial da Câmara. Um arraial da Câmara tem determinadas regras, que as entidades são livres, ou não, de concorrerem ao arraial da Câmara, que tem limitações – porque tem limitações, porque o arraial da Câmara não é só as questões dos horários; depois tem limitações de *sponsors*, tem limitações de uma série de outras coisas.

Portanto, não estamos a fazer nada mais do que N outras entidades já fizeram, com protocolo com a Câmara.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Passámos da meia-noite, e neste momento temos duas hipóteses: ou terminamos por aqui esta nossa Assembleia, como é previsto na Lei, ou eu proponho a prorrogação de meia hora, para podermos terminar a sessão.

Desde já quero ser muito claro, que a prolongação de meia hora é uma exceção, e não é um recreio para ser utilizado por todos até chegarmos ao fim do cronómetro, porque todos nós fazemos um esforço, e começando pelos trabalhadores da Junta de Freguesia que aqui estão a esta hora, e que nós já reconhecemos várias vezes hoje, em várias intervenções, que devem ser louvados e reconhecidos. Talvez pudéssemos começar por sermos sucintos e ficarmos pelo tempo que o Regimento, o costume e o uso, e, neste caso, a cortesia e o respeito, nos levam a tentarmos cumprir.

Portanto, neste momento eu proponho à Assembleia – eu sei que estamos no meio de um ponto, mas proponho o prolongamento durante meia hora, para terminar a sessão de hoje, sob pena de a encerrar neste preciso ponto.

Alguém vota contra? Alguém se abstém? Está prolongada.

--- Rita Sá (PS) ---

Queria dizer duas coisas muito sucintas.

Primeiro, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, quando invoca o *Rock in Rio*, deve recordar-se também que não são só obrigações por parte da Câmara; há também obrigações por parte da entidade adjudicada, designadamente a promoção que faz da cidade. E eu adorava saber qual é a contrapartida que este protocolo dá à Junta de Freguesia de Belém, ou à Freguesia de Belém.

--- Presidente do Executivo ---

Se a Rita for ver as redes sociais, por exemplo, de N individualidades e N celebridades que vieram ao arraial, tem essa resposta. Mas, não é só isso, é muito mais do que isso.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, e os votos contra do PS e PCP. -----

PONTO 21 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e a Cruz Vermelha Portuguesa

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 22 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração técnica e financeira com o Fundo Ambiental – “Botija de Gás Solidária 2026”

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

PONTO 23 – Apreciação e ratificação do Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Belém e o Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados

--- Fernando Magarreiro (PSD) ---

Como sou Vogal Conselheiro do Conselho Regional de Lisboa da Ordem dos Advogados, neste mandato, naturalmente eu peço para sair da sala, e não vou votar. Saio da sala.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. Não participou da votação o eleito Fernando Magarreiro (PSD). -----

PONTO 24 – Protocolo de Parceria entre a Junta de Freguesia de Belém e a All In Events

--- Rita Sá (PS) ---

Só para informar que este protocolo tem exatamente o mesmo problema que o protocolo com a Tonic Events. Exatamente o mesmo, não há isenção de licença de ocupação de espaço público, não há isenção de licença especial de ruído; o que existe é isenção de taxas. Tem exatamente o mesmo problema, pelo qual considero, mais uma vez, que não está em condições de ser votado.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

À semelhança da intervenção anterior, também consideramos que tudo o que dissemos sobre o Ponto n.º 20, do protocolo com a Tonic Events, se aplica literalmente sobre este ponto, e sobre este protocolo, este designado protocolo.

E portanto, dado o adiantado da hora, não queremos acrescentar nada mais. Remetemos para tudo aquilo que dissemos sobre o ponto anterior.

--- Tiago Pessoa (Vogal) ---

Relativamente ao tema da isenção de licença, ou isenção de taxas, que já referiu há pouco a Rita Sá, é uma questão que nós, depois, iremos de alguma forma corrigir e acautelar. Mas, na prática, do ponto de vista daquilo que é a legislação, a Assembleia pode, por proposta da Junta, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais, relativamente às taxas. É o que a Lei prevê, e portanto, nessa perspetiva, aquilo que nós prevemos aqui é, de facto, essa isenção de taxas, porque é um protocolo que rege um conjunto de deveres por parte da entidade promotora, e também de apoios por parte da Junta de Freguesia.

E, já agora, aproveito, porque não me vou alongar muito, que no contexto deste protocolo, que tem uma condição de viabilidade, que é, até 30 de abril, nós seremos informados sobre a viabilidade que esta iniciativa pode ter para se fazer aqui na freguesia, que, na nossa perspetiva, nos parece ser um evento que não só terá um alto impacto do ponto de vista daquilo que pode ser a atração para a freguesia, como também temos previsto um conjunto de iniciativas, do ponto de vista do desenvolvimento cultural – vamos ter concertos, vamos ter animações culturais, temos apoio também aqui social, estamos, obviamente, a promover o desporto na sua essência. E portanto, nessa perspetiva, parece-me também que é salutar.

E também tem aqui um aspeto importante, é que queremos promover o comércio local e a inclusão comunitária. E portanto, o evento vai priorizar a participação de empresas da freguesia, através de bancas, de associações de cariz social, que irão também poder estar presentes nesta iniciativa.

Portanto, achamos que vai ser, de facto, aqui um evento que, pela qualidade do promotor que é, por aquilo que está previsto, do ponto de vista dos diferentes momentos que vamos aqui organizar, nos parece ser de uma grande mais valia para a freguesia.

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e IL, e os votos contra do PS e PCP. -----

PONTO 25 – Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia

--- Ana Coelho (PS) ---

Concluindo o que referi há pouco, relativamente ao relatório de atividades, agora é realmente uma crítica, também no sentido de ser construtiva.

Este documento, que é um documento importante, é um documento obrigatório de apresentar neste tipo de reuniões, é um documento que deve ser cuidado na informação que transmite. É um documento fundamental nesta reunião.

E portanto, pelo menos esta versão deixa muito a desejar. Nomeadamente, não é claro o período temporal a que se refere, refere-se a janeiro, fevereiro e março, não é claro o período temporal. Depois, está dividido por pelouros, é muito diversa a maneira como é apresentada a informação para cada um desses pelouros, algumas vezes demasiado extensa, sem focar os assuntos fundamentais, sem ser objetivo a transmitir a informação que possa ser efetivamente avaliada

pelos membros da Assembleia. Noutras situações, demasiado curto – por exemplo, que se vai iniciar um processo de fiscalização do lixo que é encontrado mal colocado nos pontos de recolha, sem se dizer mais nada.

Portanto, é um documento que deve ser, tem de ser melhorado. E o que estamos também aqui a fazer é a pedir um esforço no sentido de melhorar essa informação. Informação contraditória, a Loja Solidária, num sítio diz que apoia mil agregados familiares, e numa tabela que vem a seguir ao texto diz que são setenta participantes. Diz que se vai fazer, na limpeza urbana, que se estão a experimentar outros herbicidas, não se diz qual é o intuito, se é deixar de finalmente utilizar o glifosato como herbicida, com todos os problemas que isso acarreta, se estão a substituir por outra marca. Portanto, informação que é completamente omissa.

Depois, relativamente às questões das despesas, também não se percebe muito bem alguns dos apoios financeiros que são feitos. Apoios financeiro à Casa do Minho, por quê à Casa do Minho? É uma instituição que nem sequer tem sede na freguesia. Transferência de 20.000€ para o CIF, mas por quê? Por que é que se faz esta transferência? Portanto, não se justifica algumas destas decisões e algumas destas informações que são tomadas e que são feitas pelo Executivo.

--- Presidente do Executivo ---

Vamos lá ver, este tipo de documentos, não é suposto nós colocarmos justificações sobre por que é que as coisas aconteceram, por que é que se fez isto e não aquilo. Isto é um documento que tenta transmitir aquilo que foi feito. Nós, depois, temos este documento, que fazemos anualmente, que não existe na Lei, este existe.

Eu posso concordar com a Ana, que nós temos aqui ainda um caminho a fazer sobre este documento. Aceito a questão temporal, que tem de ficar bem definida. Não é um documento fácil de fazer, porque as Assembleias de Freguesia não decorrem todas exatamente com o mesmo espaçamento. Nós vamos melhorar este aspeto, aceito essa crítica, e vamos melhorar este documento no futuro. Aceito a crítica.

--- Josué Caldeira (PCP) ---

Dada a ordem de trabalhos muito longa, se era possível fazer chegar aos membros da Assembleia uma cópia da ata em minuta, tão rápido quanto possível.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2026 pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....
1º Secretário

.....
2ª Secretária